



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A contribuição da Ecologia Política Feminista para o planejamento territorial: o debate da insegurança hídrica e gênero

Veridiana Emília Godoy
Universidade Federal do ABC

Vanessa Lucena Empinotti
Universidade Federal do ABC

Sessão Temática 12: Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade

Resumo. Os dados oficiais sobre abastecimento de água privilegiam a porcentagem de cobertura de rede ou a população atendida, não adentrando na escala domiciliar, na vida cotidiana e nos impactos no corpo dos moradores de assentamentos precários que sofrem insegurança hídrica. Assim, é necessário abordar os processos de produção do espaço urbano e colocar em pauta as relações sociais de poder, como as relações de gênero. Para essa análise crítica do planejamento territorial com foco na insegurança hídrica domiciliar, a perspectiva da Ecologia Política Feminista torna-se um terreno fértil de debate, pois parte da crítica ao pensamento dualista e hierárquico moderno; traz a dimensão de gênero para as questões socioambientais, demandando novas epistemologias e metodologias de pesquisa e ação; cruza o planejamento territorial com objetivos, estratégias e práticas feministas, abordando a crise ecológica a partir dos estudos críticos do desenvolvimento e de escalas menos visíveis, da casa e do corpo; bem como possibilita pensar em propostas alternativas de mundo. Portanto, o objetivo desse artigo é apresentar a Ecologia Política Feminista e sua contribuição para uma análise crítica do planejamento territorial, usando como caso a discussão da insegurança hídrica domiciliar vivenciada nos assentamentos precários urbanos.

Palavras-chave: Ecologia Política Feminista; Planejamento Territorial; Insegurança Hídrica Domiciliar; Gênero; Assentamentos precários.

The contribution of Feminist Political Ecology to territorial planning: the debate on water insecurity and gender

Abstract. Official data on water supply favor the percentage of network coverage or the population served, not going into the household scale, into everyday life and into the impacts on the bodies of precarious settlements residents who suffer from water insecurity. Thus, it is necessary to address the production processes of urban space and put social power relations, such as gender relations, on the agenda. For this critical analysis of territorial planning with a focus on household water insecurity, the perspective of Feminist Political Ecology becomes a fertile ground for debate, as it starts from the critique of modern dualistic and hierarchical thinking; brings the gender dimension to socio-environmental issues, demanding new epistemologies and research and action methodologies; crosses territorial planning with feminist goals, strategies and practices, approaching the ecological crisis from critical studies of development and less visible scales, of the house and the body; as well making it possible to think of alternative proposals for the world. Therefore, the objective of this article is to present the Feminist Political Ecology and its contribution to a critical analysis of territorial planning, using as a case the discussion of household water insecurity experienced in urban precarious settlements.

Keywords: Feminist Political Ecology; Territorial Planning; Household Water Insecurity; Gender; Precarious Settlements.

El aporte de la Ecología Política Feminista a la planificación territorial: el debate sobre la inseguridad hídrica y el género

Resumen. *Los datos oficiales sobre abastecimiento de agua privilegian el porcentaje de cobertura de red o población servida, sin ahondar en la escala domiciliaria, la vida cotidiana y los impactos en el cuerpo de los habitantes de asentamientos precarios que sufren inseguridad hídrica. Así, es necesario abordar los procesos de producción del espacio urbano y poner en agenda las relaciones sociales de poder, como las relaciones de género. Para este análisis crítico de la planificación territorial con foco en la inseguridad hídrica domiciliaria, la perspectiva de la Ecología Política Feminista se convierte en un terreno fértil para el debate, pues parte de la crítica al pensamiento dualista y jerárquico moderno; trae la dimensión de género a las cuestiones socioambientales, exigiendo nuevas epistemologías y metodologías de investigación y acción; cruza la planificación territorial con objetivos, estrategias y prácticas feministas, abordando la crisis ecológica desde estudios críticos del desarrollo y escalas menos visibles, de la casa y el cuerpo; así como posibilitar pensar propuestas alternativas para el mundo. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es presentar la Ecología Política Feminista y su contribución a un análisis crítico de la planificación territorial, utilizando como caso la discusión de la inseguridad hídrica domiciliaria vivida en asentamientos urbanos precarios.*

Palabras clave: Ecología Política Feminista; Planificación Territorial; Inseguridad Hídrica Domiciliaria; Género; Asentamientos precarios.

1. Introdução

Território, em qualquer entendimento, tem a ver com poder, tanto no sentido mais explícito de dominação, quanto no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007). O poder está diretamente ligado às relações sociais, uma vez que todas elas são, em uma perspectiva foucaultiana, relações de poder. Para Lefebvre (1991), todo espaço é socialmente produzido numa dialética sócio-espacial, em que o espaço expressa as relações sociais de poder ao mesmo tempo que reage sobre elas. Nesse sentido, o espaço surge das relações de poder; as relações de poder estabelecem as normas, que definem limites sociais e espaciais, porque determinam quem pertence a um lugar e quem é excluído, bem como, a situação e a localização de uma determinada experiência (MCDOWELL, 1999).

Ao olhar o território urbano brasileiro, percebe-se a materialização das relações de poder e suas desigualdades, uma vez que a paisagem encontrada é uma distribuição desigual das infraestruturas urbanas. Os espaços vazios que não possuem infraestrutura mínima são a parte do território urbano que “sobra” para a população de baixa renda, preta e periférica (REZENDE; HELLER, 2008; MARICATO, 2015; FERRARA et al., 2019). Como resultado, os assentamentos precários tem um perfil de população bem marcado e apresentam grande vulnerabilidade social, com déficits de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, moradia, educação, saúde e lazer.

Dentre as diversas faltas de infraestrutura, o foco deste trabalho está na dificuldade em garantir abastecimento de água adequado, em qualidade e quantidade, nesses territórios. A insegurança hídrica que os moradores dessas áreas vivenciam no seu cotidiano mostra como o acesso à água e a questão habitacional se relacionam, tanto como direito quanto como elemento impulsionador das capacidades humanas (SOARES, 2018). A água é tanto um recurso a ser manejado, quanto uma forma de combater a pobreza e de promover o desenvolvimento no território (EMPINOTTI, 2008). Mesmo o direito à água e seu acesso em quantidade, qualidade e regularidade para uso pessoal, doméstico e produtivo sendo um direito fundamental e universal, o exercício desse direito é dificultado pelas assimetrias que fundamentam a estrutura de estratificação social entre classes, gêneros, etnias e gerações, uma vez que o acesso à água é mediado por diferenças sociais fundamentadas nas relações sociais de poder (NOGUEIRA, 2009).

Assim, abordar a questão da água apenas pela infraestrutura não é suficiente, ela está mais relacionada ao conceito de ciclo hidrossocial que entende a água como constituída por três componentes: a sua materialidade; o tipo de infraestrutura e tecnologia que garantem seu acesso; e os fluxos de poder que influenciam como, por quem e para que a água é acessada (LINTON; BUDDS, 2014). O ciclo hidrossocial opera em múltiplas escalas - domicílio, cidade, bacia, região e país (JEPSON et al., 2017). Esse conceito soma no debate da insegurança hídrica, que coloca que o acesso à água não está apenas relacionado ao seu acesso físico, mas também como a água se torna um instrumento mediador de práticas culturais entre as pessoas de uma determinada comunidade (EMPINOTTI, 2008).

Portanto, a insegurança hídrica urbana vivenciada pelos moradores dos assentamentos precários é produto dos processos de produção do espaço urbano, que por sua vez é constituída por relações sociais e de poder (EMPINOTTI et al., 2021). Como aponta Nogueira (2009), as consequências decorrentes da desigualdade de acesso à água ganham contornos mais profundos e ajudam a compreender as desigualdades mais subjetivas e simbólicas.

Isto posto, para se fazer uma análise crítica do planejamento territorial com foco no acesso desigual à água, é necessário problematizar as categorias fixas de pessoas e suas relações sociais naturalizadas, considerando as identidades múltiplas constituídas por gênero, classe, raça, sexualidade, entre outras (ELMHIRST, 2011). Nesse sentido, o uso de uma perspectiva feminista se faz presente, uma vez que pesquisas com abordagem metodológica feminista centram-se nas vozes e experiências de grupos sociais anteriormente negligenciados, a fim de desvendar a ambivalência e a contradição existente nas dicotomias dos domínios, focando nas atividades do cotidiano e desenvolvem ideias de corporificação, para entender e exemplificar as relações de poder (HIEMSTRA; BILLO, 2016). É possível, assim, trabalhar escalas antes não abordadas, articulando os domínios privado e público e retirando a população excluída de uma situação de invisibilidade social ao reconhecer suas práticas diárias de acesso à água (O'REILLY et al., 2009).

Com o uso de uma perspectiva feminista para uma análise crítica do planejamento territorial, problematiza-se as relações de poder presentes nas dinâmicas territoriais, bem como o acesso desigual às infraestruturas urbanas e recursos naturais, nas diversas escalas. Elmhirst (2011) aponta que por meio da perspectiva da Ecologia Política Feminista (EPF) é possível enfatizar a construção social do sujeito e sua materialidade no corpo e no território, além da formação das lutas em torno dos meios de subsistência e acesso a recursos naturais, onde gênero é visto como um conceito analítico do funcionamento do poder, e não apenas um termo descritivo ou de categorização. Ao usar a Ecologia Política Feminista para uma análise crítica do planejamento territorial, compreende-se a produção e as interconexões entre as escalas e revela como as práticas cotidianas estão ligadas à construção de escalas como o corpo, a casa, e a cidade em geral (TRUELOVE, 2011).

Nesse cenário, o objetivo desse artigo é apresentar a Ecologia Política Feminista (EPF) e sua contribuição para uma análise crítica do planejamento territorial, usando como caso a discussão da insegurança hídrica vivenciada nos assentamentos precários urbanos. Esse trabalho está estruturado em quatro partes, em que primeiro é apresentado a perspectiva da Ecologia Política Feminista e suas bases teóricas, posteriormente é abordado o conceito de insegurança hídrica, seguido da contribuição da EPF para sua análise. Por fim, traz considerações sobre como EPF é promissora para novas interpretações possíveis da questão urbana, como o caso da insegurança hídrica.

2. A perspectiva da Ecologia Política Feminista

A Ecologia Política (EP) é uma agenda de pesquisa que relaciona pensamentos, teorias e debates acadêmicos sobre a relação sociedade e meio ambiente com as práticas de resistência dos povos sobre seus territórios e a luta pela justiça ambiental. Ela se posiciona contra as políticas internacionais de controle da população vindas do discurso neomalthusiano; pauta que a crise

ambiental é decorrente do desenvolvimento, sendo ele o problema e não a solução; é crítica à separação entre o humano e a natureza; e aponta que os processos ambientais deveriam ser analisados historicamente, pois são indissociáveis da sociedade (BRYANT, 1998; ROBBINS, 2004).

Estudiosas e ativistas feministas desse campo consideram a dimensão de gênero nas questões ambientais e cruzam os objetivos, estratégias e práticas feministas às pautas da ecologia política (ELMHIRST, 2015). A partir do cruzamento das perspectivas da ecologia cultural feminista e da ecologia política, com aportes da geografia feminista e da economia política feminista, se constituiu o subcampo denominado Ecologia Política Feminista (ROCHELEAU et al., 1996).

A Ecologia Política Feminista (EPF) emerge na década de 1990 (ULLOA, 2020), no mesmo momento em que o gênero se consolida como categoria de análise, segundo Scott (1995). Assim, o conceito de gênero se deu em um sentido mais literal para referir-se à organização social da relação entre os sexos, com o objetivo de negar o determinismo biológico e designar as relações sociais entre homens e mulheres, como indicador das construções sociais e dos papéis de gênero (SCOTT, 1995). O gênero se dá como uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado e é uma forma de significar as relações de poder (SCOTT, 1995).

Em 1996, Dianne Rocheleau, Barbara Thomas-Slayter e Esther Wangari publicam o livro *“Feminist Political Ecology”* marco da EPF, em que trata o gênero como “uma variável crítica na formação de acesso a recursos e controle, interagindo com classe, casta, raça, cultura e etnia para moldar processos de mudança ecológica” (ROCHELEAU et al., 1996, p. 4). Uma vez que o patriarcado se hibridiza com outras estruturas existentes de dominação, o feminismo é um poderoso movimento emancipatório que busca não apenas acabar com o sexismo, mas também com o racismo, o capitalismo, o heterossexismo e o etnocentrismo (HERRERO, 2017). Ao estabelecer um compromisso com epistemologias, métodos e valores feministas, a EPF identifica e desafia concepções e práticas masculinas dominantes de conhecimento e autoridade, bem como evidencia as teorias e práticas que empoderam e promovem transformação social e ecológica das mulheres e outros grupos marginalizados (ELMHIRST, 2017).

Most of the work done within feminist political ecology demonstrates how gender, understood as culturally defined male-female sex roles, structures access to particular types of knowledge, space, resources, and social-political processes. (NIGHTINGALE, 2006, p.169)

Desde a publicação do livro marco da EPF, Elmhirst (2011) aponta que houve uma mudança nas abordagens teóricas do gênero nas ciências sociais de forma mais geral, como a teoria pós-estruturalista e abordagens performativas, que desafiam as funções e relações de gênero que trazem noções fixas de sujeito e só se concentram no acesso diferenciado entre homens e mulheres. Assim, os estudos atuais da Ecologia Política Feminista trabalham a corporificação, o performativo e teorias pós-estruturais de gênero, com o objetivo de explorar como subjetividades, ideologias e identidades de gênero são produzidas, empregadas e contestadas dentro do acesso à recursos ambientais e meios de subsistência em contextos urbanos e rurais do Sul Global (ELMHIRST, 2011). A EPF tem se desenvolvido também na América Latina, trazendo novos temas e perspectivas para esse debate, com forte presença dos feminismos decoloniais e dos ecofeminismos (ULLOA, 2020).

Em todas as suas abordagens, a EPF parte do pressuposto de que as mudanças ambientais não são um processo neutro passível de gestões técnicas, mas sim são resultados de processos políticos e relações de poder (ELMHIRST, 2017). Ao considerar o gênero como uma variável que molda os processos, a luta pelos meios de subsistência e as alternativas de novo mundo, pesquisas e práticas de luta com temáticas feministas ajudam a compreender, explicar e resistir às opressões sofridas pelos grupos marginalizados em diferentes realidades do contexto neoliberal.

Com forte crítica ao pensamento dualista e hierárquico moderno, que distingue cultura/natureza, masculino/feminino, razão/emoção, público/privado, rural/urbano, a EPF propõe substituir tais concepções por ontologias que reconceituam a natureza e questionam o domínio humano sobre naturezas não humanas ou mais do que humanas (ELMHIRST, 2017). Assim, a EPF alinha-se ao pensamento feminista poshumanista e considera as formas como as organizações hierárquicas funcionam materialmente, simbolicamente e por meio de tecnologias de segurança, desenvolvimento e conservação, em diversos contextos. Surge o que é considerado uma Ecologia Política Feminista corpórea, que não aborda o corpo como algo fixo e limitado, mas considera os fluxos entre e através dos sujeitos e entre as naturezas humanas e não humanas (ELMHIRST, 2017).

Com conceitualizações de corporificação tanto material quanto simbólica, com foco nas dimensões emocionais e afetivas, a EPF traz o poder interpretativo das geografias emocionais, que não só revelam as experiências das dificuldades e alívios nos conflitos de gestão de recursos, mas também o poder da emoção dentro das lutas por injustiças ambientais (ELMHIRST, 2011). Essas conceitualizações são abordadas na EPF para analisar os fluxos metabólicos, indo além das práticas de produção e consumo da teoria feminista tradicional dos corpos e gêneros (HAYES-CONROY Y HAYES-CONROY, 2013). Essa nova abordagem não reside em um processo neutro e técnico, mas sim por processos políticos com atenção às várias formas de agência política que surgem de subjetividades complexas, como gênero, raça, classe e sexualidade. Nesse sentido, há um reconhecimento das conexões corporais e materiais com o entorno (GAARD, 2011), ampliando o enfoque da teoria da interseccionalidade para examinar como experiências de gênero, raça, etnia, classe, idade, etc, tomam forma através de relações entre humano e natureza (HOVORKA, 2012).

Apoiando-se no potencial da multiescalaridade proposto pela Ecologia Política, a Ecologia Política Feminista adota conceitualizações feministas de escalas, estendendo a análise das relações de poder em escalas como o corpo e a família (ROCHELEAU et al., 1996) e também suas interconexões (ELMHIRST, 2011). Assim, há o convite para ver gênero como uma força constitutiva em todas as escalas de análise, reconhecendo que é no nível da intimidade que as relações de poder nacionais e internacionais são produzidas e sustentadas (WRIGHT, 2010).

Feminist political ecology has shown how women's knowledge, differential access, and rights are important at a variety of scales, yet the larger political- ecology literature continues to treat gender as primarily relevant only within households and communities. (NIGHTINGALE, 2006, p.169)

Dessa forma, a Ecologia Política Feminista fornece as ferramentas conceituais necessárias para identificar as dinâmicas de poder na escala doméstica, ao problematizar a suposta divisão entre as esferas pública e privada e como os discursos e práticas de gênero associados à política nacional e internacional penetram na esfera reprodutiva (ELMHIRST, 2017). Combina-se, então, os entendimentos feministas de escala e corporificação com as questões ambientais, em temáticas extremamente necessárias no contexto atual de globalização, como a política de migração e a gestão de recursos naturais. Esse novo olhar revela estruturas de poder que constituem as dinâmicas do território urbano, permitindo pensar como as desigualdades estão presentes nas rotinas diárias da população.

Portanto, olhar as práticas diárias e informais ajudam a iluminar como as economias informais de produção e atividades domésticas subsidiam e constituem o capitalismo global, em que o gênero é muitas vezes central para a operação desse subsídio (NAGAR et al., 2002). Abordagens feministas que trabalham a escala do corpo há muito tempo argumentam que o pessoal também é político. O corpo pode ser entendido como escala, território ou identidade, e a cada compreensão do corpo discutida envolve-se uma abordagem diferente do político. O corpo é instrumento analítico, escala, lugar, espaço de representação, mercadoria e organismo com dimensões próprias, mas que está sujeito a outros processos (MOUNTZ, 2018).

Em resumo, a Ecologia Política Feminista tem como bases teóricas a quebra das dicotomias (homem/mulher, público/privado, humano/natureza, razão/emoção, etc); a interseccionalidade; a

escala do corpo e sua relação com outras escalas; a valorização das subjetividades e emoções nas dinâmicas de acesso e controle de recursos. Ela é uma perspectiva fértil para análises do planejamento territorial, como será ilustrada nas sessões seguintes com foco na questão da insegurança hídrica.

3. A desigualdade no acesso à água: a questão da insegurança hídrica

Segundo os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2018, 99,3% da população total do município de São Paulo tem acesso aos serviços de abastecimento de água, tendendo à universalização. Contudo, esse “grande número” esconde a realidade que atinge cerca de 1% dessa população não atendida ou, em números absolutos, cerca de 110 mil habitantes e que ainda pode ser considerado um dado subestimado (porcentagem calculada a partir dos dados do SNIS/2018).

Ao olhar a paisagem urbana de distribuição desigual das infraestruturas urbanas, sabe-se que há déficits concentrados nos assentamentos precários. A situação do saneamento nessas áreas é pouco conhecida e somente são trabalhadas pelo poder público quando há recursos para intervenções de urbanização e/ou regularização fundiária (EMPINOTTI et al., 2021). A própria Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) ampara-se no argumento legal de que não pode implementar a rede de água e esgoto em áreas de ocupação irregular, logo a regularização da propriedade individual é usada como impedimento, mesmo o acesso à água sendo um direito humano fundamental.

Considerando os múltiplos fatores para que a universalização ocorra no sentido da função social do saneamento, para além da presença da rede de abastecimento, é necessário reconhecer que dados gerais de atendimento não são suficientes para representar essa realidade e a diversidade de problemas e contextos nos quais a falta ou a dificuldade no acesso à água ocorre, em domicílios de famílias de baixa renda (EMPINOTTI et al., 2021). Os dados oficiais que privilegiam a porcentagem de cobertura de rede ou população atendida, não permitem adentrar na escala domiciliar e dar visibilidade aos problemas cotidianos do morador de assentamento precário. Embora existam dados quantitativos sobre a disponibilidade de infraestrutura de abastecimento de água em escala municipal, pouco se sabe sobre as experiências e as práticas dos indivíduos e suas famílias em relação à água, principalmente nas comunidades marginalizadas (JEPSON, 2013).

A batalha diária dos moradores de assentamentos precários para conseguir água é indissociável da luta por fornecimento adequado de água, esgoto e direito à moradia e à cidade. O trabalho individual de um morador está emaranhado com o trabalho coletivo de fazer a água circular na comunidade onde vive, um esforço diário que carrega a luta política pelo direito dos pobres de viverem dignamente (PIEROBON, 2021). Ao identificar as práticas e estratégias que moradores e moradoras de assentamentos precários realizam no seu dia a dia para acessar água, percebe-se que essas práticas não dependem apenas da presença ou não de infraestrutura, mas também das relações sociais e das experiências vividas por cada sujeito ao realizá-las. Essa percepção é o ponto chave do conceito de segurança hídrica domiciliar.

3.1 O conceito de insegurança hídrica

O conceito de insegurança hídrica tem como ponto de partida a compreensão processual, o reconhecimento das desigualdades a partir do domicílio, das práticas cotidianas e suas relações sociais, em especial, realizadas pelas populações em condição de vulnerabilidade, e onde se concentram os déficits de saneamento. Para se entender e analisar a segurança hídrica é preciso reconhecer as relações sicionaturais que se apresentam (EMPINOTTI et al., 2021), com uma visão crítica sobre o conjunto de relações e funções que acontecem durante esse processo (JEPSON et al., 2017).

A água, assim como os demais recursos naturais, foi deslocada da sua concepção integradora da vida e das práticas sociais, que incluem suas dimensões simbólica e sagrada, para uma percepção objetificada e de exploração (NOGUEIRA, 2009). Para superar essa percepção, é necessário estudos e intervenções relacionados à insegurança hídrica domiciliar que atendem a aspectos não materiais das relações hidrossociais, com foco nas dimensões sociopolíticas e emocionais-afetivas, como o estresse, a preocupação ou sentimentos de exclusão, que podem impactar ou resultar de processos de inseguranças hídricas.

O entendimento instrumental da segurança hídrica assume a problemática de acesso à água como uma questão meramente técnica, com ações concentradas na escala regional, dos sistemas produtores de água até a chegada deste recurso nos domicílios das pessoas (EMPINOTTI et al., 2021). Ou seja, a segurança hídrica se concretiza da escala regional até a porta do domicílio. Porém, quando analisamos a segurança hídrica a partir do cotidiano das pessoas, vemos que, tanto os problemas de acesso à água quanto as soluções para superá-los, são permeados por relações sociais e experiências de cada sujeito.

A segurança hídrica não é um objetivo a ser alcançado, mas sim um processo que descreve como indivíduos, famílias e comunidades agem e se transformam diante das relações hidrossociais de acesso à água (JEPSON et al., 2017). Assim, tem-se o entendimento de segurança hídrica como um processo e que sua garantia acontece principalmente na escala local e domiciliar. Ao olhar a segurança hídrica além da infraestrutura, é possível ver as múltiplas dimensões e escalas que a falta de água impacta na qualidade de vida das pessoas.

Desta forma, no momento em que analisamos a segurança hídrica como um processo, abre-se a discussão sobre as relações sociais que produzem e são constituídas nas dinâmicas de segurança e insegurança hídrica. A insegurança hídrica é definida como a falta de habilidade para acessar e se beneficiar do acesso à água em quantidade, qualidade e economicamente viável (JEPSON et al., 2017). Por isso, se torna chave a análise da escala domiciliar como o espaço onde a (in)segurança hídrica se concretiza. Ou seja, a (in)segurança hídrica se constitui no impacto do acesso e qualidade da água no dia a dia das pessoas.

Segundo Jepson et al. (2017), para atingir o status de segurança hídrica doméstica é necessário a interação entre os seguintes domínios conceituais: acesso à água, que representa a capacidade de acesso à água para fins de consumo, incluindo o acesso físico, o custo acessível e a confiabilidade; aceitabilidade da qualidade da água, que inclui as diversas características biofísicas da qualidade da água, referente ao seu gosto, cor, cheiro, que influenciam o uso da água e a saúde humana; o afeto da água, que corresponde às experiências emocionais, culturais e subjetivas relacionadas à água. Nesse sentido, a insegurança hídrica afeta uma série de considerações importantes, desde a saúde pública até o desempenho educacional e status social. Capturar e entender melhor os aspectos não materiais podem ser importantes como 'fatores de conversão' para permitir a superação da realidade de insegurança hídrica doméstica, principalmente no que tange às desigualdades sociais construídas socialmente e que se constituem nas práticas de acesso à água.

Portanto, embora o problema de acesso a água seja frequentemente discutido em termos materiais, como a existência, ou não, de infraestrutura de abastecimento de água e como essa estrutura opera, é necessário olhar também como a água está ligada aos fatores socioculturais, como barreiras de classe, relações de poder e as emoções durante negociações de sua gestão (SULTANA, 2011). Ao re-conceitualizar e mudar os termos do debate sobre segurança hídrica, desvia-se o foco da escassez física da água, para a natureza das relações entre água-sociedade que sustentam a segurança hídrica, o que enfatiza as diferentes relações sociais que existem entre os indivíduos, famílias e comunidade com os recursos hídricos, abrangendo diferentes visões de mundo, ontologias, tradições e relações de poder (JEPSON et al., 2017).

3.2 Insegurança hídrica e relações de poder de gênero

Desde a década de 1970, o campo “gênero e meio ambiente” tem contribuído para destacar o papel desempenhado pelo gênero na determinação do acesso e controle dos recursos naturais (MYRTTINEN et al., 2018). A produção acadêmica e de organizações internacionais vêm enfatizando, de forma geral, a forma que a mulher tem assumido o manejo e sustento dos recursos naturais que fazem parte do dia a dia dos grupos comunitários, das aldeias e dos segmentos mais excluídos em diversas partes do mundo (EMPINOTTI, 2010). Porém, a questão de gênero e meio ambiente vai além, uma vez que as relações de poder de gênero ocorrem de forma multifacetada e em escalas diversas.

Segundo O’Reilly et al. (2009), com a publicação do trabalho de White e Bradley em 1972, o debate específico sobre gênero e acesso à água começou a levantar a questão óbvia porém negligenciada de “quem carrega água?”. As relações culturais são evidentes quando adota-se uma perspectiva de gênero em análises de segurança hídrica, uma vez que culturalmente as mulheres e meninas tendem a ter maiores responsabilidades pela aquisição de água doméstica, e conseqüentemente maior conhecimento sobre as práticas de gestão da água dentro do domicílio (JEPSON et al., 2017).

As mulheres que ousam lutar por teto, alimento, escola, arruamento, iluminação, água e saúde, pode não subverter a ordem, mas tornam visíveis as facetas da desigualdade de gênero e contribuem para a formação de consciências críticas sobre as condições de produção material da vida e das relações sociais de gênero (VIANA, 2005). Entretanto, intervenções políticas de garantia de água nas comunidades por vezes desestabilizam os papéis de gênero, de forma que em vez de problematizar a desigualdade entre homens e mulheres, acaba indo contra a promoção das capacidades humanas (JEPSON et al., 2017). É necessário uma melhor compreensão da forma como a água é instrumentalizada politicamente e que inclua a análise das dinâmicas de gênero (MYRTTINEN et al., 2018).

Como a construção de gênero, classe, padrões de riscos, criminalidade e exclusão social estão ligados e são reproduzidos através de práticas diárias de acesso à recursos (TRUELOVE, 2011), essas práticas são vividas, sentidas e incorporadas por sujeitos de maneiras diferentes em sua rotina diária, relações sociais e subjetividades, além de serem constituídas e reproduzidas nas relações entre natureza e humano. Por isso o contexto, as conexões e as circunstâncias, que geram as práticas e suas conseqüentes emoções, passam a ter importância, influenciando como as pessoas se relacionam com o recurso e negociam sua gestão (SULTANA, 2011). Assim, essa divisão sexual aparece no entendimento do que é o problema de acesso à água, as responsabilidades por cada prática de acesso à água, a forma como solucionar e as ferramentas utilizadas.

Segundo Truelove (2011), identidades, corpos e espaços são constituídos por meio de práticas cotidianas que surgem para complementar as inadequações da cidade. Portanto, os caminhos que as moradoras e moradores de assentamentos precários trilharam, e trilham até hoje todos os dias, para suprir a falta de infraestrutura de abastecimento de água são produtivos para pensarmos nas formas com que as populações pobres da cidade experienciam concretamente a vida urbana na qual as infraestruturas estão no centro das disputas (PIEROBON, 2021).

4. Uso da EPF nos estudos de insegurança hídrica em assentamentos precários urbanos

O arcabouço teórico da Ecologia Política Feminista na análise das dinâmicas territoriais de insegurança hídrica domiciliar em assentamentos precários traz uma nova camada ao debate: as relações de poder de gênero e sua interseccionalidade com outras opressões. Esse novo olhar revela estruturas de poder que constituem as dinâmicas do território urbano, permitindo pensar como as desigualdades estão presentes nas rotinas diárias dos pobres urbanos. Como afirma Pierobon (2021), explorar a incerteza cotidiana do acesso à água pelas populações pobres nos mostra como as infraestruturas não são neutras e estão entranhadas em hierarquias de poderes que desenham e mantêm as desigualdades urbanas.

As lutas e os conflitos por recursos naturais não são apenas desafios materiais, mas também emocionais, mediados por corpos, espaços e emoções (SULTANA, 2011). A EPF traz a abordagem da escala do corpo para entender como as dinâmicas territoriais se desenvolvem na vida cotidiana das pessoas e refletem as relações de poder. É através da compreensão das consequências corporificadas das dinâmicas de segurança e insegurança hídrica, que as pesquisas caminharão para soluções além da infraestrutura de água (TRUELOVE, 2011), passando a incluir como a água está ligada na constituição de relações sociais, como as de gênero, raça, classe e suas conexões com trabalho, saúde, identidade, poder e direitos no espaço urbano.

Segundo Truelove (2011), experiências corporais de acesso à água estão discursivamente e materialmente ligadas à vivência no espaço urbano e direito à cidade. Exemplos como o desgaste mental e físico das atividades para garantia de água, os problemas de saúde relacionados à água, a experiência física da criminalização por práticas ilegais de abastecimento de água, e especificamente o disciplinamento necessário em situações de saúde que utilizam a água, como a diarreia e a menstruação. Dessa forma, é necessário olhar as práticas corporais diárias de garantia de água, pois ao compreender as subjetividades corporificadas, é possível entender as maneiras que o corpo e suas dinâmicas no território permitem, mas também restringem, certas relações com a água (SULTANA, 2011).

O debate da corporificação do sujeito é importante em todas as análises, pois o corpo se move no espaço e no tempo, revelando relações de poder ao longo do caminho (MOUNTZ, 2018). Assim, os estudos feministas, como a EPF, posicionam o corpo dentro da relação poder-espaço de várias maneiras, entre elas o processo de construção do gênero e a importância do território na construção dessas identidades. Ao redefinir a escala das questões, há um sucesso em apresentar ideias e estratégias para superar a opressão, uma vez que mudando o olhar e de onde se parte a análise, é possível ver quem realmente faz parte da solução do problema (JONES et al., 2017).

Ademais, ao colocar-se em posição que gera tanto conflitos e ameaças, o esforço de um morador para manter o abastecimento de água em sua casa está emaranhado à luta para garantir a continuidade dos ritmos e das rotinas de sua vida diária, sendo visível a complexidade do processo de fazer a água circular em um assentamento precário (PIEROBON, 2021). A incorporação da perspectiva de gênero no debate do direito à água exige o protagonismo das atividades cotidianas, sendo fundamental compreender como o que é vivenciado no dia a dia se apresenta como uma dimensão da totalidade. Como a EPF coloca, é nas escalas menos visíveis que as opressões em níveis nacionais e internacionais são produzidas e sustentadas.

Segundo Sultana (2011), as dinâmicas de insegurança hídrica afetam as maneiras como as pessoas se relacionam e influenciam as relações de poder na vida cotidiana, por isso é importante usar a EPF para analisar os diferentes tipos de conflitos em relação à água e seus significados, para não se prender a discursos reducionistas que simplificam as complexidades da vida cotidiana. Assim, a análise a partir da Ecologia Política Feminista olha às formas como as políticas públicas e intervenções no território acontecem, mas também como elas são experienciadas materialmente e simbolicamente na vida cotidiana (TRUELOVE, 2011).

Entretanto, as escalas menos visíveis, do corpo e da família, muitas vezes não são trabalhadas por ser muito difícil estudar os espaços domésticos e do indivíduo (ELMHIRST, 2011). Domosh (1998) afirma que o espaço doméstico é tão significativo, tão complexo e tão próximo que tendemos a manter distância deles em nossas pesquisas, propondo, então, sair um pouco das definições de ciências sociais e entrar no mundo das emoções e significados.

Como as práticas de garantia de água são vividas, sentidas e incorporadas por sujeitos de várias maneiras em sua rotina diária, as relações sociais mais amplas de poder e subjetividades são constituídas e reproduzidas nas relações entre o recurso hídrico e o humano, em que as emoções desempenham um papel fundamental (SULTANA, 2011). Segundo Jepson (2013), há uma justificativa ética em incluir o afeto nas análises de qualidade da água e segurança hídrica,

pontuada por Wright (2010), que é para fazer justiça à experiência da pobreza, à luta e às subjetividades daqueles envolvidos, é necessária atenção ao que é valorizado e sentido, à bagunça, dor, alegria e sensação de esperança de cada sujeito. Dessa forma, as emoções são importantes nas lutas por recursos naturais, por influenciarem as práticas e os processos de acesso, uso e controle de recursos, moldando a forma como os recursos são administrados e vivenciados nas lutas diárias por sobrevivência (SULTANA, 2011).

Mountz (2018) aponta que as geografias emocionais e afetivas são campos férteis que põem em primeiro plano a corporeidade e os movimentos sociais. Porém, segundo Wright (2010), a ênfase nas geografias emocionais chamou atenção para as conexões entre afeto e justiça social, sendo difícil imaginar esta “virada emocional” no campo sem antes se debruçar para os desafios teóricos feministas da epistemologia, objetividade, racionalidade, generalização do conhecimento, corporificação, subjetividade e agência política, em relação ao poder. Por isso, as pesquisas sobre a relação natureza-sociedade no campo da EPF são úteis, pois abordam como as emoções moldam a experiência humana e seus impactos no corpo. Por exemplo, Christie (2006) que usa o conceito de corporificação para considerar as emoções, ações e conhecimentos das mulheres e aproximar uma compreensão mais integral de suas experiências. Já Doshi (2017) defende o corpo como um local material e político e propõe uma Ecologia Política Urbana corporificada e fundamentada na abordagem feminista, anti-racista e pós colonial, através de cinco proposições orientadoras sendo uma delas a emoção e o afeto. Para Doshi (2017), as emoções são arenas materiais e incorporadas, uma vez que o sofrimento se estende além do indivíduo e influencia suas percepções ambientais e fluxos no território.

Nesse contexto, a dimensão do “afeto da água” é crucial para entendimento das dinâmicas territoriais de segurança e insegurança hídrica na constituição das relações de poder. Ao olhar a escala do corpo e as emoções, é possível captar as respostas emocionais negativas, como ansiedade, medo e vergonha, que as pessoas sentem em relação ao problema de água que enfrentam (JEPSON, 2013). Mas também através da abordagem do afeto é possível compreender as emoções positivas, como alívio e prazer por controlar recursos hídricos seguros, garantir água potável para consumo de sua família, ou até mesmo alegria ao buscar água de uma fonte longe para escapar de casa (SULTANA, 2011).

Por isso, Sultana (2011) defende que prestar atenção aos sofrimentos em relação à água, pode explicar as questões de acesso e conflitos sobre os recursos hídricos de forma mais profunda e ampla. Como ilustra Jepson (2013), os sofrimentos em relação à água podem ser: essa realidade de insegurança hídrica não corresponde às expectativas sociais e culturais; as estratégias para a garantia de água podem transgredir normas sociais e culturais; a qualidade da água não ser confiável, por isso a necessidade de comprar água engarrafada regularmente, sendo mais uma despesa para a família em situação de vulnerabilidade. Todos esses pontos fazem com que o tempo e o trabalho em conseguir água se tornem um fardo, aumentando o estresse, medo e ansiedade das pessoas, podendo até gerar conflitos familiares ou entre vizinhos.

Dessa forma, os processos de acesso, uso e controle de recursos produzem diferentes tipos de geografias emocionais, e no caso específico do recurso hídrico, são os “sofrimentos” das pessoas que procuram por água potável, e as “alegrias” de quando garantem água apropriada para seu consumo e de sua família. As geografias emocionais da água são importantes para explicar como os atores se relacionam com a água, mas também como a água é mediadora de relações sociais (SULTANA, 2011).

Contudo, as emoções em relação à água são vivenciadas no corpo em diferentes graus, dependendo da situação, do dia, do espaço, constituindo as várias sensações que as pessoas vivenciam com a água em seu cotidiano (SULTANA, 2011). Principalmente os sofrimentos, são sentidos corporal e visceralmente, e expressos e articulados de várias maneiras. Essas emoções intersubjetivas estão ligadas a normas de gênero e construções de gênero. A partir da Ecologia Política Feminista na escala do corpo, Elmhirst (2011), por exemplo, argumenta que o acesso aos

recursos é simultaneamente um processo de auto regulação e criação do sujeito; Truelove (2011) coloca que as práticas de acesso à água são produtoras de subjetividades e espaços urbanos particulares; e Sultana (2011) defende focar nas emoções experienciadas na gestão de recursos para elucidar as maneiras visíveis e mais ocultas de como os recursos naturais afetam a vida cotidiana.

Portanto, ao usar a Ecologia Política Feminista para análise da insegurança hídrica em assentamentos precários urbanos, é possível incluir investigações de como as atividades cotidianas constituem subjetividades e outras dimensões de desigualdade, como experiências no corpo, acesso a direitos e oportunidades nos espaços urbanos (TRUELOVE, 2011). Além disso, a EPF leva em consideração as emoções, o que enriquece a compreensão das relações entre natureza e sociedade, pois evidencia como as emoções influenciam a forma e o motivo das pessoas usarem, acessarem e controlarem os recursos naturais da maneira como o fazem (SULTANA, 2011). Assim, traz uma nova camada para as construções das diferenças sociais e micropolíticas na escala do corpo e no cotidiano, que são desigualdades estabelecidas no corpo e em espaços urbanos menos visíveis (domicílios, vizinhanças e locais de trabalho), em que o gênero e outras diferenças sociais se constituem e subsidiam as opressões em escalas nacionais e internacionais.

5. Considerações finais

A Ecologia Política Feminista é formada por estudiosas e ativistas feministas que atuam no campo da Ecologia Política, introduzindo a dimensão de gênero frente às questões ambientais e reconheceram as conexões entre a dominação e exploração da natureza, das mulheres e outros grupos sociais oprimidos. Assim, aborda a crise ecológica a partir dos estudos críticos do desenvolvimento, da interseccionalidade e de escalas menos visíveis, como da casa e do corpo, bem como possibilita pensar em propostas alternativas de mundo.

Usar a estrutura teórica e prática da EPF para análises do planejamento territorial, especificamente na questão da desigualdade do acesso à água nos assentamentos precários urbanos, ilumina os impactos da insegurança hídrica no corpo e na casa, e sua relação com os espaços da comunidade, como ruas, locais de lazer e trabalho. Além disso, aprofunda teoricamente como essas práticas são constituídas por relações de poder - de gênero, raça, classe, etnia, idade - uma vez que experiências corporificadas reforçam as diferenças sociais, materialmente moldando dificuldades físicas e restringindo oportunidades de vida, enquanto produz discursivamente desigualdades sociais e grupos sociais excluídos do espaço urbano (TRUELOVE, 2011).

Ao trabalhar escalas menos visíveis no Planejamento Territorial, pode-se avançar na discussão e no reconhecimento dos fluxos de poder e a importância das relações multiescalares e dimensionais nas práticas do planejamento. Assim, valoriza o local e suas especificidades a partir de uma nova perspectiva de entendimento dos processos de produção e transformação do território e do planejamento territorial. Como apresentado, aplicar as abordagens da EPF ao estudo da água no espaço urbano é particularmente útil para compreender as desigualdades associadas aos processos de diferenciação social e suas consequências, tanto na vida cotidiana quanto nos acessos aos direitos na cidade (TRUELOVE, 2011).

Portanto, a combinação entre Planejamento Territorial e a Ecologia Política Feminista é um terreno fértil para entender como o corpo e o urbano são produzidos por meio da regulação do acesso aos recursos, ligada aos padrões de inclusão e exclusão social e direito à cidade (TRUELOVE, 2011). Então, a EPF traz como contribuição a base para a reflexão e formulação de políticas públicas mais coerentes com a realidade da parcela da sociedade que vivencia as desigualdades urbanas cotidianamente, bem como amplia os estudos de gênero na área do Planejamento Territorial, constituindo-se como um vasto e fértil terreno de mudança.

6. Referências

BRYANT, Raymond. "Power, knowledge and political ecology in the third world: a review". **Progress in Physical Geography**. Vol 22, N.1, pp.79-94, 1998.

CHRISTIE, Maria Elisa. "Kitchenspace: gendered territory in central Mexico". **Gender, Place and Culture**. Vol 13, N. 6, pp. 653–661, 2006.

DOMOSH, Mona. "Geography and gender: home again?". **Progress in Human Geography**. Vol. 22, N. 2, pp. 276–282, 1998.

DOSHI, Sapana. Embodied urban political ecology: five propositions. **Area**. Vol. 49, N. 1, pp.125-128, 2017.

ELMHIRST, Rebecca. "Ecologías políticas feministas: perspectivas situadas y abordajes emergentes". **Ecología Política: Cuadernos de debate internacional**. Vol. 54, N. 54, pp. 52-59, 2017.

ELMHIRST, Rebecca. **Feminist Political Ecology**. In: [PERREAULT, Tom. BRIDGE, Gavin. MCCARTHY, James]. *The Routledge Handbook of Political Ecology*. London: Routledge, 2015, pp.519-530.

ELMHIRST, Rebecca. "Introducing new feminist political ecology". **Geoforum**. Vol. 42, N. 2, pp. 129-132, 2011.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena; BUDDS, Jessica; JEPSON, Wendy; MILLINGTON, Nate; FERRARA, Luciana Nicolau; GEERE, Jo-Anne; GRANDISOLI, Edson; PAZ, Mariana Gutierrez Arteiro da; PUGA, Bruno Peregrina; ALVES, Estela Macedo; CAWOOD, Sally; JACOBI, Pedro Roberto; KINJO, Victor Uehara; LAMPIS, Andrea; MORETTI, Ricardo; OCTAVIANTI, Thanti; PERIOTTO, Natalia; QUINN, Ruth; QUINTSLR, Suyá; SULAIMAN, Samia; VICENTE, Paula Arce; WAHBY, Noura. "Advancing urban water security: The urbanization of water–society relations and entry–points for political engagement". **Water International**. Vol. 46, N. 6, pp. 956-968, 2021.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena. **Gênero, Recursos Hídricos e Tomada de Decisão: o papel das mulheres nos organismos de bacia brasileiros**. In: [Rebecca Neaera Abers]. *Água e Política: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil*. São Paulo: Annablume, v. 1, p. 161-189, 2010.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena. "Quando ter água na torneira não é o suficiente: os diferentes significados da água em uma comunidade ribeirinha do Baixo Rio São Francisco". **Anais do IV Encontro Nacional da Anppas**, 2008.

FERRARA, Luciana; FURIGO, Renata; MORETTI, Ricardo; SAMORA, Patrícia. **Saneamento Básico e Urbanização de Favelas: os desafios para a universalização à luz das especificidades de ocupação dos assentamentos precários**. In: [FERREIRA, Lara; OLIVEIRA, Paula; IACOVINI, Victor]. *Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas*. São Paulo: Peabiru TCA / Coletivo LabLaje, 2019, pp. 111-118.

GAARD, Greta. "Ecofeminism Revisited: Rejecting Essentialism and Re-Placing Species in a Material Feminist Environmentalism". **Feminist Formations**. Vol. 23, N. 2, pp. 26–53, 2011.

HAESBAERT, Rogério. "Território e Multiterritorialidade: um debate". **GEOgrafia**. Vol. 9, N. 17, pp. 19-45, 2007.

HAYES-CONROY, Allison; HAYES-CONROY Jessica. "Veggies and visceralities: a political ecology of food and feeling". **Emotion, Space and Society**. Vol. 6, N. 6, pp. 81-90, 2013.

HIEMSTRA, Nancy; BILLO, Emily. "Introduction to Focus Section: Feminist Research and Knowledge Production in Geography". **The Professional Geographer**. Vol. 0, N. 0, pp. 1-7, 2016.

HOVORKA, Alice. "Women/chickens vs. men/cattle: insights on gender-species intersectionality". **Geoforum**. Vol. 43, N. 4, pp. 875-884, 2012.

JEPSON, Wendy. “Measuring “no-win” waterscapes: Experience-based scales and classification approaches to assess household water security in colonias on the US-Mexico border”. **Geoforum**. Vol. 51, p. 107–120, 2013.

JEPSON, Wendy; BUDDS, Jessica; EICHELBERGER, Laura; HARRIS, Leila; NORMAN, Emma; O'REILLY, Kathleen; PEARSON, Amber; SHAH, Sameer; SHINN, Jamie; STADDON, Chad; STOLER, Justin; WUTICH, Amber; YOUNG, Sera. “Advancing human capabilities for water security: a relational approach”. **Water Security**. Vol.1, pp. 46–52, 2017.

JONES, John Paul; MARSTON, Sallie; LEITNER, Helga; SHEPPARD, Eric. “Neil Smith’s Scale Antipode”. **Supplement**. Vol. 49, pp. 138–152, 2017.

LEFEBVRE, Henry. **The Production of Space**. Tradução de D. Nicholson Smith. Oxford, Blackwell, 1991.

LINTON, Jamie, BUDDS, Jessica. “The hydrosocial cycle: defining and mobilizing a relational dialectical approach to water”. **Geoforum**. Vol. 57, pp. 170–180, 2014.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MC DOWELL, Linda. **Género, Identidad y Lugar: Un estudio de las geografías feministas**. Madrid: Cátedra, 1999.

MOUNTZ, Alison. “Political geography III: Bodies”. **Progress in Human Geography**. Vol. 42, N. 5, pp. 759–769, 2018.

MYRTTINEN, Henri; CREMADES, Roger; FRÖHLICH, Christiane; GIOLI, Giovanna. Bridging **Troubled Waters: Water Security Across the Gender Divide**. In: [FRÖHLICH, Christiane; GIOLI, Giovanna; CREMADES, Roger; MYRTTINEN, Henri]. *Water Security Across the Gender Divide: Water Security in a New World*. Springer International Publishing, 2018, pp. 3-14.

NAGAR, Richa; LAWSON, Victoria; MCDOWEL Linda; HANSON, Susan. “Locating globalization: feminist (re)readings of the subjects and spaces of globalization”. **Economic Geography**. Vol. 78, N. 3, pp. 257–284, 2002.

NIGHTINGALE, Andrea. “Bounding difference. intersectionality and the material production of gender, caste, class and environment in Nepal”. **Geoforum**. Vol. 42, N. 2, pp. 153–162, 2011.

NOGUEIRA, Daniela. **Gênero e Água – Desenhos do Norte, Alternativas do Sul: Análise da Experiência do Semi-Árido Brasileiro na Construção do Desenvolvimento Democrático**. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília. Brasília: 2009.

O'REILLY, Kathleen; HALVORSON, Sarah; SULTANA, Farhana; LAURIE, Nina. “Introduction: global perspectives on gender-water geographies”. **Gender, Place and Culture**. Vol. 16, N. 4, pp. 381–385, 2009.

PIEROBON, Camila. “Fazer a água circular: tempo e rotina na batalha pela habitação”. **FapUNIFESP**. Vol. 27, N. 2, pp. 1-31, 2021.

PRATT, Geraldine; ROSNER, Victoria. “Introduction: The global and the intimate”. **Women’s Studies Quarterly**. Vol. 34, N.1/2, pp. 1–10, 2006.

REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ROCHELEAU, Dianne; THOMAS-SLAYTER, Barbara; WANGARI, Esther. **Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experiences**. Routledge, London, 1996.

ROBBINS, Paul. **Political ecology: a critical introduction**. West Sussex: Blackwell Publishing, 2004.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**. Vol. 20, N. 2, pp. 71-99, 1995.

SOARES, Marcelo Henrique Viana. **Segurança hídrica doméstica frente à fragilidade ambiental no distrito costeiro do Pecém (São Gonçalo do Amarante - Ceará)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SULTANA, Farhana. "Suffering for water, suffering from water: emotional geographies of resource access, control and conflict". **Geoforum**. Vol. 42, N. 2, pp. 163–172, 2011.

TRUELOVE, Yaffa. "(Re-)conceptualizing water inequality in Delhi, India through a Feminist Political Ecology framework". **Geoforum**. Vol. 42, pp.143-152 , 2011.

ULLOA, Astrid. **Ecología política feminista latinoamericana**. In: [ZURIA, Ana De Luca; CENTENO, Ericka Fosado; GUTIÉRREZ, Margarita Velázquez]. *Feminismo socioambiental: Revitalizando el debate desde América Latina*. Cuernavaca: UNAM-CRIM, 2020, pp. 75-104.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Relatório Final do Projeto de Pesquisa e Extensão: Cartografias do acesso à água na pandemia da Covid-19**. São Paulo, 2021.

VIANA, Masilene Rocha. "O gênero da luta pelo direito à casa e à cidade". **Avesso avesso**. Araçatuba, Vol.3, N.3, pp. 77-97, 2005.

WRIGHT, Melissa. "Geographies of gender: feminism and a feeling of justice". **Progress in Human Geography**. Vol. 34, N.6, pp. 818–827, 2010.